



DISCURSO, IDEOLOGIA E DESALENTO: TENSÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Josineide Soares da Silva¹

A sociedade contemporânea é constituída por contradições que refletem e perpetuam desigualdades estruturais. Segundo Anjos e Cardoso (2023), o desalento emerge, nesta sociabilidade, como um fenômeno que afeta subjetividades e possibilidades de resistência, face ao aprofundamento de crises políticas e econômicas.

Ainda segundos as autoras (Anjos; Cardoso, 2023, p. 2) trata-se de “formações sociais nas quais vidas humanas não são efetivamente consideradas, colocadas que são em situação de marginalidade, de não pertencimento”, que representa uma fonte significativa de sofrimento na experiência desses indivíduos, posicionados as margens da cidadania e da própria condição humana, permanentemente apagados e silenciados na paisagem social, onde os arranjos políticos, legais e subjetivos falham em lhes oferecer reconhecimento ou espaços legítimos.

O apagamento e a marginalização de determinados grupos não decorrem de atributos individuais, mas de dispositivos sociais e simbólicos que moldam subjetividades a partir de conexões excludentes. Nesse sentido, a constituição do sujeito não pode ser pensada fora das relações de poder, que operam por meio de discursos normativos e práticas institucionais que delimitam quem pode ser visível, audível e reconhecido.

Do ponto de vista discursivo, entendemos que o funcionamento ideológico é fundamental para a manutenção da ordem vigente, materializando discursividades que produzem determinados efeitos de sentido na disputa pela transformação social. Para Pêcheux (2009), as condições ideológicas e econômicas de reprodução e transformação das relações de produção em uma sociedade, referem-se às crenças, valores e ideias que moldam as práticas sociais, enquanto as determinações econômicas estão relacionadas aos fatores materiais e estruturais que influenciam a produção e reprodução das relações sociais. Assim, para Pêcheux (2009, p. 131-132),

[...] essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contra-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem de *maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para a transformação.

¹ Mestre em Educação para a Saúde (ESSV/UFAL). Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)/UFAL. Membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq. ORCID:0000-0002-5023-6877.



Dessa forma, Pêcheux (2009, p. 134) resume que “a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante”” por conseguinte, a ideologia expressa a tensão entre conservar o existente e promover transformações sociais. Essa disputa revela o embate entre classes que buscam manter privilégios e aquelas que lutam por mudanças. A verdadeira luta ideológica ocorre nesse campo de forças entre repetição e ruptura.

Nessa perspectiva, para o referido autor, os enunciados são constituídos dentro de condições sócio-históricas específicas e o discurso está intrinsecamente ligado às relações de poder. Com base nesses pressupostos, esta reflexão teórica tem por objetivo analisar, a partir da perspectiva materialista de classes sociais, como o efeito ideológico contribui para a materialização discursiva de poder e como esse processo intensifica as tensões existentes na sociedade contemporânea.

Historicamente, capitalismo e colonialismo desempenham papéis centrais na construção de discursos dominantes, constituindo subjetividades e hierarquias sociais. Instituições como Estado e mídia formulam e fazem circular discursos que naturalizam desigualdades sociais e contribuem para a perpetuação de formas de exploração/opressão. Diante de um cenário de precarização das relações de trabalho e descrença nas instituições democráticas, sujeitos e grupos marginalizados tendem a experimentar um profundo sentimento de impotência e resignação.

Tendo em conta essas condições históricas de produção, Ericson (2019, p. 53) demonstrou que “o discurso neoliberal faz funcionar uma memória discursiva que reforça seus efeitos de sentido e para tanto conta com a mídia e com grandes organizações internacionais”, contribuindo para o aumento do desalento, fragmentando sujeitos e dificultando a mobilização por mudanças estruturais. A meritocracia, amplamente difundida pelos discursos dominantes, reforça a perspectiva do individualismo e desvia o foco das responsabilidades sistêmicas, atribuindo o fracasso ou sucesso exclusivamente às ações individuais.

Ericson (2019, p. 47) afirma,

para produzir evidência da importância desse fenômeno, instituições como IBGE são convocados para apresentar dados (pesquisas) que sustentem o argumento da necessidade de enfrentamento individual da esfera problemática, ao que poderia se supor que não desistir e não desanimar seriam os ingredientes necessários para não se deixar vencer.

Assim, torna-se evidente que a mobilização institucional não é apenas uma estratégia argumentativa, mas sim um recurso essencial para que se reconheça a dimensão subjetiva do enfrentamento. A postura ativa do indivíduo frente as adversidades, sustentada por informações concretas, releva um processo de resistência que ultrapassa o plano estatístico e alcança o campo da vivência cotidiana.

Portanto, o ato de não desistir e de manter-se firme, apesar das dificuldades, pode ser compreendido com uma resposta ética e transformadora diante de um cenário que, tende à inviabilização do sofrimento e a naturalização dos obstáculos sociais.



De acordo com Zandwais (2019, p. 71), desde o início do desenvolvimento de uma sociedade industrial, “os interesses econômicos e pragmáticos acabaram por colocar em condições de hegemonia, na sociedade, determinadas formas de discurso mais “econômicas”, instantâneas e emocionais como a propaganda e o slogan”. Por sua vez, enquanto intelectuais e instituições representantes do pensamento dominante defendem a livre economia de mercado, grupos marginalizados se mobilizam para questionar esses discursos e propor novas formas de organização social.

No âmbito midiático, [...] “a propaganda do Estado atua como um apelo a uma pulsão que não poderia ter sido relegada a segundo plano pelos materialistas” (Zandwais, 2019, p. 78), razão pela qual concordamos com Marx (1983), ao entender que a força da vida, que tem poder de instigar a sedução e despertar os desejos das multidões, simultaneamente impulsiona a ascensão e duradora supremacia de líderes que, ao longo da história, tem trabalhado incansavelmente para minar os fundamentos do Estado de direito.

Desse modo, os grandes veículos de comunicação, em sua maioria controlados por conglomerados privados, operam segundo a dinâmica capitalista e reproduzem discursos alinhados aos interesses do mercado. Por sua vez, a espetacularização da política e a disseminação de desinformação aprofundam a desconfiança generalizada nas instituições, com implicações para o fortalecimento político de possibilidades de mudança.

Assim, enquanto o fenômeno do desalento (Ericson, 2020), vai sendo alimentado pela desesperança em conseguir trabalho, abrindo caminho para a ampliação de (novas) formas de precarização, ao mesmo tempo, também pode representar uma condição importante para a ressignificação dos discursos dominantes e para a produção de efeitos de sentido que desafiem estruturas opressivas de raça-etnia, classe social e gênero.

Portanto, ao reconhecer as condições históricas de produção de discursos dominantes e ao compreender a influência da ideologia na produção das práticas discursivas Orlandi (2015), abre-se espaço para a construção de novas perspectivas e para a materialização de práticas que visem à transformação social, na perspectiva da emancipação humana. Em um contexto de tensões ideológicas cada vez mais acirradas, o discurso se constitui como um campo de disputa fundamental para reorganizar as relações sociais.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Mariana da Fonseca; CARDOSO, Marta Rezende. Da exclusão social ao desalento: um olhar “decolonial”. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 26, p. e280609, 2023.
- ERICSON, Sóstenes. Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. **Revista Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, v. 20, ed. esp., p. 45-46, dez. 2019.
- ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./dez. 2020.



MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípio & procedimentos**. 12. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ZANDWAIS, Ana. Possíveis leituras de “Foi Propaganda Mesmo Que Você Disse?” de Michel Pêcheux, **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 67-79, jul./dez. 2019.